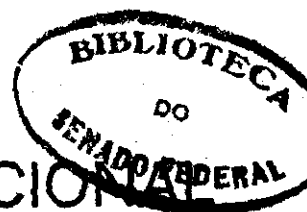




# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## Seção II



ANO XXV - N.º 97

TERÇA-FEIRA, 25 DE AGOSTO DE 1970

BRASILIA - DF

## SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1.º, da Constituição, e eu, Wilson Gonçalves, 1.º-Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO N.º 49, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.117, de 10 de agosto de 1970,

Artigo único — É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 1.117, de 10 de agosto de 1970, que “concede isenção de imposto às máquinas e implementos agrícolas, e dá outras providências”.

Senado Federal, em 24 de agosto de 1970. — Wilson Gonçalves, 1.º-Vice-Presidente do Senado Federal no exercício da Presidência.

### ATA DA 111.ª SESSÃO EM 24 DE AGOSTO DE 1970

#### 4.ª Sessão Legislativa Ordinária da 6.ª Legislatura

#### PRESIDÊNCIA DO SR. WILSON GONÇALVES

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Oscar Passos — Flávio Brito — Lobão da Silveira — Sebastião Archer — Petrônio Portella — Wilson Gonçalves — Duarte Filho — Argemiro de Figueiredo — Pessoa de Queiroz — José Ermirio — Antônio Fernandes — Carlos Lindenberg — Paulo Tórres — Gilberto Marinho — Carvalho Pinto — Bezerra Neto — Mello Braga — Guido Mondin — Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — A lista de presença acusa o comparecimento de 20 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a Sessão. Vai ser lida a Ata.

O Sr. 2.º-Secretário procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é, sem debate, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Não há expediente a ser lido.

Há oradores inscritos.

O primeiro deles é o nobre Sr. Senador Carvalho Pinto, a quem dou a palavra.

O SR. CARVALHO PINTO (Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, neste instante em que ocorrências da maior gravidade, afetando a segurança dos povos, a dignidade da pessoa humana e seus mais nobres sentimentos de fraternidade, polarizam justificadamente as nossas atenções, não podemos deixar que passem despercebidos outros acontecimentos internacionais que podem, igualmente, vulnerar o progresso, a segurança nacional e o próprio futuro de nações como a nossa, carentes de acelerada expansão econômica, mas ainda dependentes da exportação de seus produtos primários.

#### O CONVENIO CAFEEIRO

Desejo referir-me, particularmente, à 17.ª Reunião, do Conselho Internacional do Café, que ora se realiza em Londres, e onde importantes delibe-

rações deverão ser tomadas a respeito de metas de produção e quotas de exportação de produto vital à economia de vários países signatários do Convênio de 1968 e dentre os quais, destacadamente, o Brasil.

Nascido sob a inspiração de critérios restritivos e contensores da comercialização — então ameaçada por uma alarmante superprodução — defronta-se o convênio, pela primeira vez, com um quadro inteiramente oposto, em que o comportamento dos países produtores e consumidores se irá definir face a uma previsão de perigosa escassez, onde os reclamos do consumo mundial já se colocam na dependência dos limitados estoques existentes.

Essa inversão das circunstâncias, — inegavelmente delicada para um país como o nosso, cuja produção, progressivamente declinante, o reduz a mero fornecedor complementar de um mercado onde dominara com o atendimento de quase 2/3 de suas necessidades —, transforma os interesses em jogo, favorecendo temporariamente a situação dos países que ainda possam dispor de excedentes e ensejando a solerte pressão dos especuladores.

Realmente, de um lado, a luta normal dos consumidores pela moderação dos preços, procurando instalar, na elevação das quotas de exportação, as pressões baixistas da oferta sobre a procura do produto. Nesse mesmo sentido, a vigorosa atuação de alguns grupos comerciais, que incentivados à formação de estoques para movimentação na fase de carência, se beneficiam da natural e democrática expressão política dos consumidores americanos e servem-se, ainda, do

# EXPEDIENTE

## SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA  
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

WILSON MENEZES PEDROSA  
SUPERINTENDENTE

LENYR PEREIRA DA SILVA  
Chefe da Divisão Administrativa

MAURO GOMES DE ARAÚJO  
Chefe da Divisão Industrial

NELSON CLEOMENIS BOTELHO  
Chefe da Seção de Revisão

### DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

#### SEÇÃO II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

#### ASSINATURAS

##### Via Superfície:

Semestre ..... Cr\$ 20,00  
Ano ..... Cr\$ 40,00

##### Via Aérea:

Semestre ..... Cr\$ 40,00  
Ano ..... Cr\$ 80,00

O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02

Tiragem: 15.000 exemplares

imediatismo dos produtores africanos, ávidos de maior expansão comercial, ainda que com riscos futuros e a preços reduzidos. Paralelamente, e no propósito de tirar partido da situação embaraçosa, a renovada tentativa dos produtores de solúvel, no sentido da majoração dos encargos sobre o café brasileiro exportado para fins de industrialização.

E como, na verdade, de pouco valem os acertos entre produtores, se a eles não corresponder a anuência do país que representa mais da metade do consumo mundial, e onde se situam grupos econômicos de poderosa capacidade manipuladora dos mercados, a situação particularmente se agrava ante a circunstância de se encontrar a manutenção da co-responsabilidade dos Estados Unidos, na dependência de nova deliberação de um Congresso que, pela palavra de seus mais destacados líderes, já se tem manifestado hostil ao convênio e favorável à orientação baixista de consumidores e comerciantes.

E assim, como se vê, das mais delicadas a situação que enfrentamos e da mais alta responsabilidade a ori-

entação a ser tomada pelo nosso Governo, uma vez que, nesse conflito aberto de interesses internacionais, se jogam interesses fundamentais de nossa economia.

#### SITUAÇÃO DA CAFEICULTURA

Não se ignora, por outro lado, o profundo significado da cafeicultura para o desenvolvimento econômico e a normalidade financeira do País. Mantendo uma participação histórica na produção da receita cambial e na fecundação e expansão de outros setores de nossa economia, é o café responsável por larga percentagem do orçamento cambial, — estimada, só neste exercício, em perto de um milhão de dólares — e pela manutenção de alguns milhões de brasileiros, nos extensos setores da produção, da circulação, da exportação e do consumo.

O Sr. José Ermírio — Permite V. Exa. um aparte, nobre Senador Carvalho Pinto?

O SR. CARVALHO PINTO — Com muito prazer.

O Sr. José Ermírio — Nobre Senador Carvalho Pinto, V. Exa. faz magnífica explanação sobre o mercado

mundial do café. Comprar 6 milhões de sacas dos países subdesenvolvidos da África e depois soltá-las no mercado, com o fito de desprestigiar o mercado brasileiro, e fazer especulações como é comum às grandes firmas, não está certo, mormente para um país que se diz tão amigo do Brasil, como os Estados Unidos. Temos doado imensas reservas minerais àquela nação, e chegamos a comprar a AMFORP por preço de seis a sete vezes superior ao seu valor real. E o resultado é este: o Brasil, que se tem mostrado tão amigo, recebe injustiça dessa natureza.

O SR. CARVALHO PINTO — Senador José Ermírio, agradeço a valiosa intervenção com que V. Exa., aponta os riscos que a ação dos especuladores representa para a normalidade do mercado do café e a justa reclamação dos países produtores.

(Lê.)

Ainda recentemente, em proficiente estudo, o Instituto de Economia da Secretaria da Agricultura de São Paulo levanta certos dados que, por serem altamente expressivos da situação de nossa cafeicultura, não podem ser es-

quecidos no instante em que se enca-  
minham as soluções de sua aguda  
problemática.

De uma superprodução, que a des-  
peito de seus aspectos negativos, re-  
presentava um vigoroso potencial de  
luta no mercado internacional, passa-  
mos a uma debilitante posição defi-  
citária, não conseguindo, nestas últi-  
mas safras, com exceção apenas de  
uma, sequer atingir às necessidades da  
exportação e do consumo interno. O  
número de cafeeiros, calculados em  
1960 em quatro bilhões, reduziu-se,  
através da erradicação e do abandono,  
a cerca de dois bilhões e duzentos  
milhões, em 1969.

#### DECLÍNIO DE PREÇOS

Quanto a preços, tendo a cotação  
atingido até a 90 cents de dólar por  
libra, em 1954, foram eles progressi-  
vamente aviltados, chegando a níveis  
inferiores a 40 cents; e, se neste mo-  
mento — como decorrência normal  
da geada e seca ocorridas no País —,  
orça a cotação a 57 cents, não nos po-  
demos esquecer, consoante ponderava  
ainda há poucos dias o presidente do  
IBC, que feito o necessário deflacio-  
namento, com base no índice de pre-  
ços do atacado nos Estados Unidos,  
tremos constatar um preço médio real  
de cerca de 47 cents, abaixo, portanto,  
do vigente há vinte anos passados!  
E se quisermos verificar o preço in-  
terno pago ao nosso agricultor, o  
que as estatísticas revelam (conside-  
rada uma cotação média atual de Cr\$  
150,00 por saca e deflacionados os va-  
lores com base em cruzeiros de 1968),  
é também uma relação de franco de-  
clínio de preços nestes últimos 20  
anos, da ordem de 113 em 1950 para  
101 em 1970, conforme demonstra o  
trabalho já citado.

Entretanto, enquanto isso ocorre, o  
relatório do Banco Central do último  
exercício nos esclarece que, ao contrá-  
rio desse empobrecimento do produ-  
tor, no setor oficial, as rendas da cha-  
mada cota de contribuição e desven-  
das do governo haviam obtido uma  
melhora de nada menos de 58%, re-  
lativamente ao ano anterior.

#### PERÍODO CRÍTICO

Por outro lado, geadas sucessivas  
(1962, 63, 66 e 69), as secas acentua-  
das de 64 e 69 e a devastadora hemi-

lela, recentemente descoberta, gol-  
pelam fundamente o potencial de pro-  
dos acertos entre produtores, se a êles  
tando a situação angustiosa a que se  
reduzira, descapitalizada pela exigui-  
dade das safras, pela deficiência de  
preços e pela incontida elevação de  
valor de todos os insumos de que de-  
pende a produção.

Em decorrência de todo esse quadro  
e com base em dados e levantamen-  
tos objetivos, adverte o citado Insti-  
tuto de Economia que "na ausência  
de tomada de medidas específicas e  
de certo modo radicais, os nossos es-  
toques podem se exaurir nos próximos  
2 ou 3 anos", com a conseqüente in-  
capacidade de atendermos às neces-  
sidades da exportação e às próprias ne-  
cessidades do consumo interno.

#### ORIENTAÇÃO DO GOVERNO

Ora, situação dessa ordem, pondo  
em cheque não só condições vitais à  
normalidade financeira e à expansão  
econômica do País, como afetando,  
ainda, hábitos tradicionais e o pró-  
prio bem-estar de sua população, não  
pode admitir delonga de providências,  
condescendências perigosas ou tergi-  
versações de qualquer espécie. Daí a  
louvável orientação defensiva que o  
nosso Governo vem mantendo na Con-  
ferência de Londres, e onde a firmeza  
de atitude — longe de significar aus-  
sência do espírito de harmonia e con-  
ciliação que nunca nos faltou — se  
há de entender como uma posição ir-  
recusavelmente ditada pela consciên-  
cia de responsabilidades perante o fu-  
turo de nossa Pátria. Muito embora,  
contrariando orientação tradicional,  
não tenha sido o Poder Legislativo  
convocado, neste ano, para assistir os  
trabalhos de um conclave cujas deli-  
berações dizem de perto com o exer-  
cício de suas atribuições, o noticiário  
nos dá conta das diretrizes seguidas  
pela delegação brasileira e que, numa  
linha de realismo e bom-senso, o sr.  
Ministro de Indústria e do Comércio  
bem resumiu nestas palavras:

— "Preços equitativos tanto para  
os produtores quanto para os con-  
sumidores, com medidas que evi-  
tarão as especulações em flutua-  
ções de preços e neutralizarão os  
efeitos da estocagem por parte  
dos produtores.

— Manutenção da quota brasilei-  
ra no mercado mundial do café.

— Aumento moderado das quotas,  
porque, em caso contrário, serão  
prejudicados todos os instrumen-  
tos de controle de preços postos  
em prática pelos países que parti-  
cipam do Acôrdio."

Ao propugnar, neste instante, pela  
subsistência do convênio, como ins-  
trumento de estabilização de preços e  
de harmônica defesa da economia de  
todas as nações produtoras, mantém-  
se o Brasil na coerente posição de um  
País que, na preservação desses obje-  
tivos, nunca hesitou em suportar li-  
mitação de cotas, ainda quando estas  
lhe impunham, na fase difícil da su-  
perprodução própria, os pesados sa-  
crifícios de formação de estoques ex-  
cedentes e da extensa erradicação de  
suas lavouras. Tem autoridade, por-  
tanto, para se opor a interesses, que  
robustecidos à sombra desse mesmo  
convênio, supõem encontrar na posi-  
ção deficitária da nossa produção,  
oportunidade para maiores lucros e  
conquistas de mercado, esquecidos,  
embora, no seu ângulo imediatista, das  
desastrosas conseqüências que pode-  
rão advir de uma ruptura do equi-  
brio existente.

#### POSIÇÃO DO GOVERNO AMERICANO

Cumpra, entretanto, reconhecer que,  
na presente conjuntura, não nos bas-  
ta apenas a manutenção do preço  
equitativo e de quota de exportação  
adequada à demanda, e que pode  
ser orçada, no seu todo, em volta de  
49 milhões de sacas, consoante esti-  
mativas de O Estado de S. Paulo de  
22 próximo passado. Para que a con-  
venção produza efeitos práticos, tor-  
na-se necessária a anuência, em for-  
ma legal, dos países consumidores, o  
que, como sabemos, se encontra sê-  
riamente ameaçado pela renitente  
oposição de prestigiosos parlamenta-  
res dos Estados Unidos, o maior país  
consumidor do café exportado no  
mundo.

Mas essa constituirá uma segunda  
fase da batalha em curso, já então  
fora do âmbito da nossa soberania,  
embora passível de uma ação diplo-  
mática esclarecedora e construtiva.

Felizmente, ainda aqui, é de cons-  
ciente firmeza a posição do nosso Go-  
verno, negando-se a concordar em que  
a questão do café brasileiro — It-

vrememente decidida em processo bilateral — possa ser renovada, como instrumento de pressão, contra um acôrdo multilateral, que interessa a 41 países produtores. E é de justiça assinalar-se, a esse respeito, a correta posição mantida pelo Chefe do Executivo dos Estados Unidos e definida em documento enviado ao respectivo Congresso e do qual, tendo em vista sua insuspeição, sensatez e autoridade, permito-me destacar o trecho seguinte:

“Esse acôrdo tem beneficiado os países consumidores, que têm desfrutado de preços consideravelmente mais baixos do que aqueles alcançados antes da feitura do Acôrdo. O Acôrdo tem beneficiado também os países produtores, que têm desfrutado de divisas relativamente estáveis, condição prévia para o planejamento do desenvolvimento a longo prazo. Embora existam limitações definidas no âmbito em que o ICA pode afetar o preço do mesmo em épocas de calamidades naturais, tais como a geada e a seca recentes no Brasil, mesmo em tais casos, o Acôrdo tem exercido uma influência moderada nas flutuações dos preços do café. Os preços atuais de importação são ainda 30 centésimos por libra-pêso abaixo daqueles de 1954, antes do Acôrdo. O preço médio de importação de café, desde o estabelecimento do ICA em 1962, tem sido de 8 centésimos abaixo da média para a última década.

Segundo nosso critério, é de suma importância que não haja interrupção na nossa participação no Acôrdo Internacional do Café. A autoridade estatutária para executar nossas obrigações, segundo o Acôrdo, devem ser renovadas até 1.º de outubro de 1970, a fim de evitar uma solução de continuidade, senão um colapso na cooperação internacional, que se tornou tão importante para o comércio de café. A retirada dos Estados Unidos do Acôrdo afetaria de modo avêso os interesses dos consumidores americanos, como também seria calamitoso para aqueles países menos desenvolvidos, cuja divisa principal depende do

café. Isto seria prejudicial às nossas relações políticas e comerciais com eles. Eu, portanto, recomendo vivamente que o Congresso dê a mais alta e favorável atenção a este projeto de lei, antes do término de seu prazo.

O Departamento Orçamentário adverte que a aprovação desta medida está de inteiro acôrdo com o programa do Sr. Presidente.” (World Coffee Information Center, de 10-4-70.)

#### POLÍTICA DEFINITIVA

Senhores Senadores, as dificuldades que estamos vivendo nesse importante setor econômico da Nação, são, em última análise, a resultante inelutável dos reiterados e clamorosos erros que se acumularam ao longo de nossa política cafeeira. Não nos adiante, por certo, nesta altura, a rememoração de análises e de advertências oportunamente feitas, nem a caracterização de responsabilidades, que, com justiça, não se poderia imputar exclusivamente aos Governos. O que nos cabe, agora, vencida esta etapa que no plano internacional se decide — e qualquer que seja o seu resultado —, é partir para a fixação de uma política clara, definida, panorâmica, fundada em critérios práticos de exequibilidade e eficiência e subordinada a uma implementação perseverante e rigorosa. Nesse sentido, manifesto a esperança de que possam constituir apreciável subsídio os trabalhos realizados por comissão mista que tenho a honra de presidir, promovida pelo Senador Ney Braga e tendo como Relator o Deputado José Richa, e que estão sendo ultimados, para breve entrega a esta Casa.

De qualquer forma, porém, não se tenha dúvida sobre os percalços a serem vencidos e que bem podem ser avallados através desta síntese vigorosa, constante de relatório de renomeado estabelecimento de crédito de São Paulo:

“A iniciativa particular foi aos poucos cedendo a influência que lhe competia, em proveito de uma atuação oficial naturalmente opressiva e os frutos dessa distorção podem ser assim resumos: perdemos a hegemonia do merca-

do e estimulamos as plantações concorrentes; favorecemos desavisadamente o comércio dos competidores, impondo, ao nosso, um preço mínimo rígido de exportação superior ao do mercado internacional; institucionalizamos o quase monopólio do Governo na compra do café, inevitavelmente realizada com emissões de papel-moeda, dado o esvaziamento do fundo de amparo ao produto, insuficiente para atender às valiosas e crescentes despesas da própria organização engendrada; desmantelamos uma estrutura de verbas e exportação, modelar na sua eficiência tradicional, na sua dignidade profissional, tornando-nos fornecedores residuais do produto, tais os entraves opostos à sua livre comercialização; e sobrecarregamos os nossos produtores com o pesadíssimo gravame do confisco cambial, que representa, na verdade, uma apropriação discriminatória.”

Confiemos, entretanto, em que sob a égide da orientação afirmativa e serena com que se vai conduzindo a política exterior do País, e com base em critérios de justiça e de propulsão econômica, capazes de encarar a cafeicultura longe dos interesses perturbadores da especulação e fora do prisma meramente confiscatório do erário, ainda é tempo de se restituir a segurança e a produtividade a essa área de nossa economia, solidificando, com ela, toda uma estrutura industrial e comercial, carente de maior poder aquisitivo da população rural e assegurando-se, com melhor distribuição da renda, a estabilidade social indispensável ao nosso futuro. Como bem nos adverte experimentado cafeicultor, “enquanto não se equacionar a nossa cafeicultura em termos de razoável estabilidade, pela atribuição de um justo rendimento financeiro, tudo o mais será inútil. A cafeicultura é um encargo que o agricultor assumiu, desde o dia em que nela ingressou e foi obrigado a continuar, por não poder dela se evadir, mas não é uma servidão obrigatória, tanto assim que mais de dois bilhões de cafeeiros foram substituídos, na sua maior parte, por capim e boi”. (Salvador Toledo Artigos O Estado de São Paulo, de 26-10-69).

É esse despovoamento alarmante, que precisamos a todo transe evitar e haveremos certamente de deter, pois num país onde inexiste mercado para culturas substitutivas e reduzidas são as oportunidades do parque industrial, o abandono progressivo da terra teria o trágico significado da miséria, do desespero, do desmoronamento dos mercados, da negação, enfim, de todas as metas em que se empenha o Governo e pelas quais anseiam e lutam todos os brasileiros". (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho.

**O SR. GILBERTO MARINHO (Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o aniversário de morte de Getúlio Vargas, hoje, será lembrado pelo povo brasileiro, em cuja consciência não se apagou a lembrança desse grande e saudoso estadista que tão profundamente marcou com a sua personalidade a vida nacional.

A medida que passam os anos e se sucedem as etapas políticas, dando ao Brasil uma nova fisionomia, a figura de Getúlio Vargas adquire o justo relevo histórico.

O povo sempre viu em Vargas a capacidade de homem de Estado, por ele demonstrada tantas vezes, como na promulgação das leis trabalhistas, a tomada de posição do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados e, sobretudo, a arrancada para a nossa emancipação econômica assinalada pela criação da grande indústria siderúrgica e da Petróbrás.

Realmente o Brasil como força econômica cresceu sob a inspiração de Getúlio Vargas. Sob o seu governo o trabalhador brasileiro ganhou consciência de seus direitos e desfrutou de muitos deles.

A sua gestão governamental foi marcada pela predominância da ética social. A economia desenvolveu-se num ritmo intensivo acompanhando uma linha de atendimento das reivindicações dos trabalhadores, cujo papel no processo de criação da riqueza nacional sempre ressaltou.

Como já foi reiteradamente assinalado, e a partir de 30, sob o signo de

Getúlio Vargas, que a atividade cívica começa a ganhar autenticidade democrática com a reforma da lei eleitoral, que instituiu o voto secreto e o voto feminino, possibilitando assim, pleitos representativos da vontade popular.

É também a partir de 30 que os trabalhadores brasileiros se organizam em entidades de massa e conquistam sua maioria política, valendo-se de uma legislação social pioneira, legislação que, se por um lado os libertou dos velhos padrões de arbitrio patronal, defendeu-os ao mesmo tempo das investidas sectárias dos extremismos.

Sob o comando de Getúlio Vargas e inspiração dos ideais da revolução de 30, venceram-se então novas e decisivas etapas da caminhada pela implantação da justiça social do Brasil: a criação do Ministério do Trabalho, a Lei de Férias, a Lei das 8 horas, a Consolidação das Leis do Trabalho, a instituição da Justiça do Trabalho, o Salário-Mínimo, o Abo- no de Família etc.

Foi ainda a partir de 30, pela ação de Getúlio Vargas, que a dinâmica do desenvolvimento brasileiro conquistou profundidade e acelerou o ritmo, transpondo a barreira da industrialização.

Em todas essas conquistas fundamentais para o progresso nacional, em termos de renovação democrática da sua estrutura, Getúlio Vargas foi um precursor.

Trazia um programa de governo capaz de comover os alicerces da sociedade brasileira.

Realizar a síntese dos elementos históricos, culturais e sociais que se davam na realidade social de sua época como opostos e contraditórios, os princípios morais e o progresso material não deviam pôr-se mais integrar-se, criando as bases do nosso desenvolvimento.

As tradições da terra brasileira e as altas expressões do pensamento universal não deviam ser elementos divergentes senão essenciais, indispensáveis para a formação de uma cultura nacional.

Por tudo quanto fez, cada vez mais cresce Getúlio Vargas na veneração dos brasileiros.

Seu ideal e sua conduta seguirão iluminando o áspero caminho que empreendeu.

Ele existirá sempre, porque não há para as figuras da sua grandeza um antes ou um depois.

Deixando de existir como homem, passou a viver como símbolo da justiça social.

Seu exemplo se prolongará no tempo e seu espírito viverá no coração do povo que é onde o homem se faz eterno. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Tem a palavra o Sr. Senador Adalberto Sena, como Líder do MDB.

**O SR. ADALBERTO SENA (Como Líder do MDB. Lê o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, a presente semana encerra duas datas cujos transcurso profundamente têm sensibilizado a alma nacional.

Mais de uma voz neste Plenário anteciparam-se na evocação de uma delas — o dia máximo da Semana do Exército, dedicado amanhã ao culto desse homem-símbolo dos feitos e virtudes militares que foi, e continuará sempre a ser, Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias.

Na outra data — precisamente a de hoje — transcorre o 16.º aniversário do trágico desaparecimento do Presidente Getúlio Vargas, que a Nação também vem anualmente rememorando, em preitos de admiração e de saudade, aos quais, neste momento, queremos nos associar, comovidamente em nome da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro e, cremos nós, também refletindo o sentir de todo o Senado da República.

Seria em vão, Senhor Presidente, estendermo-nos, nesta oportunidade, na reprodução de todo o quadro, em que se configura a grandeza da vida e da obra desse inesquecível brasileiro. Se não bastassem as magníficas exposições de tal quadro, tantas vezes feitas nesta e na outra Casa do Congresso Nacional, disse já nos julgariamos desobrigados, porquanto a

lembrança e a lembrança dos seus traços e nuances mais belos e significativos continuam tão vivos e presentes na memória e na gratidão do povo, que nem o esmaeceu a usura do tempo, nem mais tendem a desgastá-las as adversidades políticas. E se, por força de certas contingências, essa lembrança não vier, mais uma vez a projetar-se nas praças públicas, todos bem sabemos quanto ela se exterioriza na perenidade das recordações e no fervor das preces, assim murmúrios das ruas e como no recolhimento dos lares.

Mas é preciso, não obstante, que a nossa voz e os nossos corações sempre se ergam para realçar a significação, para o presente e para o futuro, do precioso legado que nos deixou aquele magno patriota e singular pioneiro das reformas sociais de que hoje nos ufanamos.

**O Sr. José Ermírio** — Permite V. Exa. um aparte?

**O SR. ADALBERTO SENA** — Com prazer.

**O Sr. José Ermírio** — Nós que acompanhamos a vida incomensurável do Presidente Getúlio Vargas, devemos lembrar, sempre, a sua orientação, baseada na sua carta-testamento de 24 de agosto de 1954. Um dos trechos dessa carta diz o seguinte:

"Nada mais vos posso dar a não ser o meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu vos ofereço, em holocausto, a minha vida.

Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilha-rem, sentireis a minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação. Meu sacrifício nos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta.

Cada gota do meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência."

Estas palavras significam, para todos aqueles que amam o Brasil e que-

rem ver esta Nação política e economicamente independente, um guia que nos servirá até o fim de nossas vidas.

**O SR. ADALBERTO SENA** — Agradeço a honra do aparte de V. Exa., Senador José Ermírio, porque ele, na verdade, ilustra a oração que estou pronunciando.

(Lê.)

Dizia, Srs. Senadores, que Getúlio Vargas foi um desses pró-homens, cuja conceituação na escola de apreciação das grandezas e das fraquezas humanas, cabe muito mais aos veredictos da História do que aos juízos dos contemporâneos, de regra, distorcidos pelos desvios das incompreensões e pelo calor das paixões.

Tem-se dito que na apreciação da vida dos homens públicos as etapas do seu desenvolvimento, as vicissitudes que surgem, as dificuldades que superam, os fracassos que aparecem e as glórias que conquista, tudo isso está condicionado àqueles dois termos — o homem e a sua época. Mas a atuação de Getúlio Vargas não se enquadra rigorosamente nesse esquema, pois tanto se projetou dentro da atualidade e do futuro, que, para sermos justos, forçoso é avaliá-la em função da própria marcha dos acontecimentos e da proporção em que o legado que nos transmitiu e os progressos nos quais se antecipou se vão ajustando aos novos padrões e aos novos avanços, reconhecidos e alcançados num mundo em constantes mudanças e de uma sociedade em vias de transformação ou, pelo menos, em substanciais modificações em suas estruturas.

Getúlio Vargas foi, realmente, um precursor de larga e penetrante visão, um administrador que expressou na sua dedicação as justas reivindicações populares, e na sua preocupação com a segurança e a independência nacionais, a melhor forma de seu patriotismo; e havendo atingido, nestes particulares, suma exação e excelência, se sobreexcedeu a si mesmo e à sua época; e não conheceu declínio, senão em seus últimos dias, na ânsia e na perseverança de reformar e melhorar, sem prejuízo dos equilíbrios sociais e econômicos que lhe cumpria assegurar.

Alguns e graves erros por certo os cometeu na área política e não seriam nós os que os reconhecemos, noutra época, que iríamos negá-los neste instante em que não lhe trazemos a lisonja, nem a exteriorização de sentimentos alheios à gratidão e à justiça.

Estamos a ver, porém, como na medida em que a sua figura se distancia no tempo, esses erros eventuais vão também se distanciando das culminâncias a que se ascenderam as suas iniciativas, as suas realizações e as suas constantes idealizações, em prol da felicidade popular, da auto-suficiência e da auto-defesa do Brasil, na larga trajetória do seu exercício no Governo. E não há exagero no proclamar-se que tais desvios da sua trajetória cívica já não são julgados com a mesma severidade, e pelos seus próprios opositores, a julgar pelos movimentos oscilatórios bem visíveis nas marchas e contra-marchas de nossa evolução democrática.

No balanço dos fatos e realizações, os bens que espalhou e as sementes que semeou afiguram-se-nos tão relevantes no passado quanto eloquentes nas cogitações do porvir.

Diga-se, em suma, que muito mais do que uma herança de benefícios, ele nos legou uma escola — a escola de que se tornou mensageiro o Partido Trabalhista Brasileiro, fundado sob a sua égide, inspiração na hora de um exílio e hoje, integrada no programa do Movimento Democrático Brasileiro.

Essa escola, ele a instituiu para os seus continuadores como discípulos. Deu-lhe vida e deu-lhe alma; e, dentro dela, continua a ser o pilar, a coluna e o exemplo. Tanto assim que a inspiração nela infundida tomou corpo, significado e sequência, e a ponto de já não sermos somente os emedebistas os únicos a caminhar no sentido da reivindicação dos trabalhadores, senão também o próprio governo ao tomar providências sugeridas por nós ou pelo menos em consonância com os nossos princípios.

**O Sr. Bezerra Neto** — Nesta homenagem que, em nosso nome, V. Exa. presta à memória de Getúlio Vargas, devemos destacar o fato de que hoje, com o passar dos tempos, é pacífico, não há discrepância no reconheci-

mento da figura incommensurável do grande estadista. Seus antigos adversários o proclamam; os Governos que o sucederam assentam-se no que há de mais estável, naquilo que ele deixou lançado. A Nação, unânime, reconhece que ele foi o seu maior estadista. A História já o consagra e o seu sacrifício selou definitivamente os juízos sobre sua figura ímpar, acima das controvérsias, acima das lutas do dia-a-dia. Foi um homem que nasceu para a História do Brasil.

**O SR. ADALBERTO SENA** — Realmente, Sr. Senador Bezerra Neto. Mesmo que esse julgamento de Getúlio Vargas ainda não seja unânime, ele o será em futuro breve, porque, como acabei de dizer no decurso desta oração, já diminuiu de muito aquela severidade com que ele era julgado na sua atuação política e até nas suas realizações sociais.

(Lendo.)

Por tudo isso, esta homenagem que lhe estamos rendendo tem, para nós do MDB, o sentido de uma presença visível e vale por novos contatos espirituais com o grande Chefe e inolvidável mestre, a nos conclamarem e conduzirem na escalada do futuro.

Por tudo isso, Srs. Senadores, tanto nos é cara, e tanto mais uma vez, a memória desse homem que, conforme se lê na sua derradeira mensagem ao povo brasileiro, deixou "a vida para entrar na História". (Muito bem! Palmas.)

**COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:**

José Guimard — Milton Trindade — Clodomir Millet — João Cleofas — Josaphat Marinho — Nogueira da Gama — Lino de Mattos — Celso Ramos — Antônio Carlos — Attilio Fontana.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Não há mais oradores inscritos.

Estão presentes à Casa 30 Srs. Senadores.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** —

### Item 1

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Co-

missão de Redação em seu Parecer n.º 567, de 1970) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 49, de 1970 (n.º 149-A/70, na Casa de origem), que aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.109, de 26 de junho de 1970. Em discussão a redação final.

(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Encerrada a discussão sem emendas e não havendo requerimento no sentido de que seja submetida a votos a redação final, é a mesma considerada definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do art. 316-A do Regimento Interno.

O projeto irá à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada.

### PARECER N.º 567, DE 1970 Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 49, de 1970 (n.º 149-A/70, na Casa de origem).

Relator: Sr. Aurélio Vianna

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 49, de 1970 (n.º 149-A/70, na Casa de origem), que aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.109, de 26 de junho de 1970.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1970. — Mem de Sá, Presidente — Aurélio Vianna, Relator — Clodomir Millet,

### ANEXO AO PARECER N.º 567, DE 1970

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 49, de 1970 (n.º 149-A/70, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1.º, da Constituição, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO N.º , DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.109, de 26 de junho de 1970.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único — É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 1.109, de 26 de ju-

nho de 1970, que reformula o Decreto-lei n.º 157, de 10 de fevereiro de 1967, e altera a legislação sobre o Imposto de Renda.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** —

### Item 2

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 566, de 1970) do Projeto de Lei do Senado n.º 21, de 1970-DF, que autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a abrir, em favor da Secretaria de Serviços Públicos, o crédito especial de Cr\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil cruzeiros) para o fim que especifica.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimento para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 316-A do Regimento Interno.

O projeto vai à sanção.

É a seguinte a redação final aprovada:

### PARECER N.º 566, DE 1970 Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 21, de 1970-DF.

Relator: Sr. Aurélio Vianna

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 21, de 1970-DF, que autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a abrir, em favor da Secretaria de Serviços Públicos, o crédito especial de Cr\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil cruzeiros) para o fim que especifica.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1970. — Mem de Sá, Presidente. — Aurélio Vianna, Relator — Clodomir Millet.

**ANEXO AO PARECER  
N.º 566, DE 1970**

**Redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 21, de 1970-DF, que autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a abrir, em favor da Secretaria de Serviços Públicos, o crédito especial de Cr\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil cruzeiros), para o fim que especifica.**

O Senado Federal decreta:

**Art. 1.º — É o Poder Executivo do Distrito Federal autorizado a abrir, em favor da Secretaria de Serviços Públicos, o crédito especial no valor de Cr\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil cruzeiros), na seguinte dotação orçamentária:**

- 30.0.00.00 — Despesas Correntes
- 32.0.00.00 — Transferências Correntes
- 32.5.00.00 — Contribuições de Previdência Social

**Art. 2.º — Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o artigo anterior serão obtidos na forma do item III, § 1.º, do art. 43 da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial de igual valor na dotação orçamentária abaixo es-**

**pecificada do Orçamento do Distrito Federal (Decreto-lei n.º 752, de 8 de agosto de 1969).**

**Secretaria de Serviços Públicos**

- 30.0.00.00 — Despesas Correntes
- 31.0.00.00 — Despesas de Custeio
- 31.5.00.00 — Despesas de Exercícios Anteriores

**Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Está esgotada a Ordem do Dia.**

Não há oradores inscritos para esta oportunidade. *(Pausa.)*

Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma Sessão Conjunta, a realizar-se hoje, às 21 horas, destinada à leitura da Mensagem n.º 14, pela qual o Sr. Presidente da República comunica haver vetado, em sua totalidade, o Projeto de Lei n.º 39/64, no Senado, e n.º 2.910/65, na Câmara dos Deputados, que dispõe sobre a profissão de Protético Dentário.

Nada mais havendo a tratar, vou declarar encerrada a presente Sessão,

anunciando para a Sessão de amanhã a seguinte

1

**Redação Final**

**PROJETO DE DECRETO  
LEGISLATIVO N.º 54, DE 1970**

Discussão, em turno único, da Redação Final, (oferecida pela Comissão de Redação, em seu parecer n.º 568, de 1970) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 54, de 1970 (n.º 153-A/70, na Casa de origem), que aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.110, de 9 de julho de 1970.

2

**Redação Final**

**PROJETO DE DECRETO  
LEGISLATIVO N.º 55, DE 1970**

Discussão, em turno único, da Redação Final, (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 569, de 1970) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 55, de 1970 (n.º 154-A/70, na Casa de origem), que aprova o texto de Decreto-lei n.º 1.112, de 16 de julho de 1970.

Está encerrada a Sessão.

*(Levanta-se a Sessão às 15 horas e 50 minutos.)*

M E S A		LIDERANÇA DO GOVERNO
Presidente: João Cleofas (ARENA — PE)	4º-Secretário: Manoel Villaga (ARENA — RN)	Líder: Filinto Müller (ARENA — MT)
1º-Vice-Presidente: Wilson Gonçalves (ARENA — CE)	1º-Suplente: Sebastião Archer (MDB — MA)	Vice-Líderes: Petrônio Portella (ARENA — PI)
2º-Vice-Presidente: Lino de Mattos (MDB — SP)	2º-Suplente: Sigefredo Pacheco (ARENA — PI)	Eurico Rezende (ARENA — ES)
1º-Secretário: Fernando Corrêa (ARENA — MT)	3º-Suplente: Domicio Gondim (ARENA — PB)	Antônio Carlos (ARENA — SC)
2º-Secretário: Edmundo Levi (MDB — AM)	4º-Suplente: José Feliciano (ARENA — GO)	Guido Mondim (ARENA — RS)
3º-Secretário: Paulo Torres (ARENA — RJ)		Dinarte Mariz (ARENA — RN)
		DO MDB
		Líder: Aurélio Vianna (GB)
		Vice-Líderes: Adalberto Sena (AC)
		Bezerra Neto (MT)

**COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E  
DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATOMICA**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Nogueira da Gama  
Vice-Presidente: Teotônio Vilela

**ARENA**

**TITULARES**

Arnon de Mello  
José Leite  
Benedicto Valladares  
Vasconcelos Torres  
Teotônio Vilela

**SUPLENTE**

Mello Braga  
José Guilomard  
Adolpho Franco  
Lobão da Silveira  
Victorino Freire

**MDB**

Nogueira da Gama  
Josaphat Marinho

José Ermirio  
Aurélio Vianna

Secretário: Cláudio Carlos Ridrigues Costa — R. 360.  
Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE AGRICULTURA**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Flávio Brito  
Vice-Presidente: Atílio Fontana

**ARENA**

**TITULARES**

Flávio Brito  
Ney Braga  
Atílio Fontana  
Teotônio Vilela  
Milton Trindade

**SUPLENTE**

Benedicto Valladares  
José Guilomard  
Júlio Leite  
Menezes Pimentel  
Clodomir Millet

**MDB**

José Ermirio  
Argemiro de Figueiredo

Aurélio Vianna  
Nogueira da Gama

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.  
Reuniões: terças-feiras, à tarde.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO  
LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMERCIO  
— ALALC**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Arnon de Mello  
Vice-Presidente: Aurélio Vianna

**ARENA**

**TITULARES**

Arnon de Mello  
Antônio Carlos  
Mello Braga  
Vasconcelos Torres  
Mem de Sá

**SUPLENTE**

José Leite  
Eurico Rezende  
Benedicto Valladares  
Carvalho Pinto  
Filinto Müller

**MDB**

Aurélio Vianna  
Adalberto Sena

Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314.  
Reuniões: quintas-feiras, às 10 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

(13 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Petrônio Portella  
Vice-Presidente: Antônio Carlos

**ARENA**

**TITULARES**

Milton Campos  
Antônio Carlos  
Carvalho Pinto  
Eurico Rezende  
Guido Mondim  
Petrônio Portella  
Carlos Lindenberg  
Arnon de Mello  
Clodomir Millet  
Moura Andrade

**SUPLENTE**

Mem de Sá  
Flávio Brito  
Benedicto Valladares  
Milton Trindade  
Júlio Leite  
Mello Braga  
Adolpho Franco  
Filinto Müller  
Dinarte Mariz

**MDB**

Antônio Balbino  
Bezerra Neto  
Josaphat Marinho

Argemiro de Figueiredo  
Nogueira da Gama  
Aurélio Vianna

Secretária: Maria Helena B. Brandão — Ramal 305.  
Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

**COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL**  
(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Dinarte Mariz  
Vice-Presidente: Adalberto Sena

**ARENA**

**TITULARES**

Dinarte Mariz  
Eurico Rezende  
Petrônio Portella  
Attilio Fontana  
Júlio Leite  
Clodomir Millet  
Guido Mondin  
Antônio Fernandes

**SUPLENTE**

Benedicto Valladares  
Mello Braga  
Teotônio Vilela  
José Leite  
Mem de Sá  
Filinto Müller  
Milton Trindade  
Waldemar Alcântara

**MDB**

Aurélio Vianna  
Adalberto Sena  
Oscar Passos  
Bezerra Neto  
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — R. 307.  
Reuniões: quintas-feiras, às 10 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**COMISSÃO DE ECONOMIA**  
(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Mem de Sá  
Vice-Presidente: José Ermírio

**ARENA**

**TITULARES**

Mem de Sá  
Carlos Lindenberg  
Júlio Leite  
Teotônio Vilela  
Ney Braga  
Cattete Pinheiro  
Attilio Fontana  
Duarte Filho

**SUPLENTE**

José Leite  
Filinto Müller  
Petrônio Portella  
Eurico Rezende  
Arnon de Mello  
Antônio Carlos  
Flávio Brito  
Milton Trindade

**MDB**

Bezerra Neto  
José Ermírio  
Pessoa de Queiroz  
Nogueira da Gama  
Josaphat Marinho

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R. 306.  
Reuniões: terças-feiras, às 17 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**  
(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Eurico Rezende  
Vice-Presidente: Guido Mondin

**ARENA**

**TITULARES**

Eurico Rezende  
Ney Braga  
Guido Mondin  
Cattete Pinheiro  
Duarte Filho

**SUPLENTE**

Benedicto Valladares  
Waldemar Alcântara  
Antônio Carlos  
Teotônio Vilela  
Raul Giuberti

**MDB**

Adalberto Sena  
Antônio Balbino  
Ruy Carneiro

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R. 306.  
Reuniões: quartas-feiras, às 9 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO  
E CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS  
E POVOAMENTO**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Moura Andrade  
Vice-Presidente: José Cândido

**ARENA**

**TITULARES**

Moura Andrade  
Antônio Carlos  
Waldemar Alcântara  
Milton Trindade  
Flávio Brito  
José Cândido  
Eurico Rezende  
Guido Mondin

**SUPLENTE**

José Guimard  
Victorino Freire  
Filinto Müller  
Lobão da Silveira  
Raul Giuberti  
Petrônio Portella  
Daniel Krieger

**MDB**

Ruy Carneiro  
Antônio Balbino  
Argemiro de Figueiredo  
Adalberto Sena  
José Ermírio

Secretária: Maria Helena B. Brandão — Ramal 305.  
Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
(17 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Argemiro de Figueiredo  
Vice-Presidente: Carvalho Pinto

**ARENA**

**TITULARES**

Carvalho Pinto  
Cattete Pinheiro  
Mem de Sá  
José Leite  
Moura Andrade  
Clodomir Millet  
Adolpho Franco  
Raul Giuberti  
Júlio Leite  
Waldemar Alcântara  
Vasconcelos Torres  
Attilio Fontana  
Dinarte Mariz

**SUPLENTE**

Carlos Lindenberg  
Teotônio Vilela  
José Guimard  
Daniel Krieger  
Petrônio Portella  
Milton Trindade  
Antônio Carlos  
Benedicto Valladares  
Mello Braga  
Flávio Brito  
Filinto Müller  
Duarte Filho  
Eurico Rezende

**MDB**

Argemiro de Figueiredo  
Bezerra Neto  
Pessoa de Queiroz  
José Ermírio  
Oscar Passos  
Josaphat Marinho  
Aurélio Vianna  
Nogueira da Gama

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314.  
Reuniões: quartas-feiras, às 10 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

**COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**  
(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Ermírio  
Vice-Presidente: Júlio Leite

**ARENA**

**TITULARES**

Flávio Brito  
Adolpho Franco  
Júlio Leite  
Mem de Sá  
Teotônio Vilela

**SUPLENTE**

José Cândido  
Mello Braga  
Arnon de Mello  
Clodomir Millet  
Milton Trindade

**MDB**

Antônio Balbino  
José Ermírio  
Ruy Carneiro  
Bezerra Neto

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — R. 305.  
Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

# COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Adolpho Franco

Vice-Presidente: Mello Braga

## ARENA

### SUPLENTE

Celso Ramos  
Milton Trindade  
José Leite  
Raul Giuberti  
Duarte Filho

## MDB

Argemiro de Figueiredo

### TITULARES

Adolpho Franco  
Victorino Freire  
Atílio Fontana  
Mello Braga  
Júlio Leite

Aurélio Vianna  
Josaphat Marinho

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R. 310.

Reuniões: quartas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

# COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: José Leite

## ARENA

### SUPLENTE

Vasconcelos Torres  
Jose Guimard  
Teotônio Vilela  
Guido Mondin  
Victorino Freire

## MDB

Oscar Passos

### TITULARES

Antônio Carlos  
José Leite  
Celso Ramos  
Carlos Lindenberg  
Benedicto Valladares

Josaphat Marinho  
José Ermirio

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R. 310.

Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

# COMISSÃO DO POLIGONO DAS SECAS

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Ruy Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

## ARENA

### SUPLENTE

Teotônio Vilela  
José Leite  
Waldemar Alcântara  
Dinarte Mariz  
Carlos Lindenberg

## MDB

Aurélio Vianna  
Adalberto Sena

### TITULARES

Clodomir Millet  
Antônio Fernandes  
Arnon de Mello  
Duarte Filho  
Menezes Pimentel

Ruy Carneiro  
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — Ramal 313.

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças

# COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger

Vice-Presidente: Waldemar Alcântara

## ARENA

### SUPLENTE

Adolpho Franco  
Petrônio Portella  
José Leite  
Ney Braga  
Milton Campos  
Filinto Müller  
Guido Mondin  
José Guimard

### TITULARES

Daniel Krieger  
Raul Giuberti  
Antônio Carlos  
Carlos Lindenberg  
Mem de Sá  
Eurico Rezende  
Waldemar Alcântara  
Carvalho Pinto

## MDB

Antônio Balbino

José Ermirio  
Aurélio Vianna  
Ruy Carneiro

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — R. 307.

Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças

# COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Antônio Carlos

## ARENA

### SUPLENTE

Filinto Müller  
José Leite  
Clodomir Millet

### TITULARES

Benedicto Valladares  
Cattete Pinheiro  
Antônio Carlos  
Mem de Sá

## MDB

Nogueira da Gama

Aurélio Vianna

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 311.

Reuniões: quartas-feiras, às 14 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

# COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(15 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Gilberto Marinho

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

## ARENA

### SUPLENTE

José Guimard  
Carlos Lindenberg  
Adolpho Franco  
Petrônio Portella  
José Leite  
Teotônio Vilela  
Clodomir Millet

### TITULARES

Filinto Müller  
Waldemar Alcântara  
Antônio Carlos  
Mem de Sá  
Ney Braga  
Milton Campos  
Moura Andrade  
Gilberto Marinho  
Arnon de Mello  
José Cândido  
Mello Braga

## MDB

Pessoa de Queiroz  
Aurélio Vianna  
Oscar Passos  
Bezerra Neto

Josaphat Marinho  
Antônio Balbino

Secretário: J. B. Castejon Branco — Ramal 457.

Reuniões: quintas-feiras, às 14 horas e 30 minutos.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

# COMISSÃO DE SAÚDE

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro

Vice-Presidente: Raul Giuberti

## ARENA

### SUPLENTE

Júlio Leite  
Menezes Pimentel  
José Leite  
Flavio Brito  
Vasconcelos Torres

### TITULARES

Cattete Pinheiro  
Duarte Filho  
Waldemar Alcântara  
José Cândido  
Raul Giuberti

## MDB

Adalberto Sena  
Bezerra Neto

Nogueira da Gama  
Ruy Carneiro

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R. 310.

Reuniões: quintas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões do Gabinete do Senhor Diretor-Geral.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Victorino Freire  
Vice-Presidente: Oscar Passos

**ARENA****TITULARES**

Victorino Freire  
José Guimard  
Gilberto Marinho  
Ney Braga  
José Cândido

**SUPLENTE**

Filinto Müller  
Atílio Fontana  
Dinarte Mariz  
Mello Braga  
Celso Ramos

**MDB**

Oscar Passos  
Aurélio Vianna  
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 312.  
Reuniões: quintas-feiras, às 9 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Carlos Lindenberg  
Vice-Presidente: José Guimard

**ARENA****TITULARES**

Victorino Freire  
Carlos Lindenberg  
Arnon de Mello  
Raul Giuberti  
José Guimard

**SUPLENTE**

Celso Ramos  
Petrônio Portella  
Eurico Rezende  
Menezes Pimentel

**MDB**

Ruy Carneiro  
Adalberto Sena  
Pessoa de Queiroz

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.  
Reuniões: quartas-feiras, à tarde.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Celso Ramos  
Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

**ARENA****TITULARES**

José Leite  
Celso Ramos  
Arnon de Mello  
Vasconcelos Torres  
José Guimard

**SUPLENTE**

Guido Mondin  
Atílio Fontana  
Eurico Rezende  
Lobão da Silveira  
Carlos Lindenberg

**MDB**

Pessoa de Queiroz  
Bezerra Neto  
Ruy Carneiro

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 312.  
Reuniões: quartas-feiras, às 9 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Clodomir Millet  
Vice-Presidente: Milton Trindade

**ARENA****TITULARES**

Clodomir Millet  
Milton Trindade  
José Guimard  
Flávio Brito  
Lobão da Silveira

**SUPLENTE**

José Cândido  
Filinto Müller  
Duarte Filho  
Dinarte Mariz  
Cattete Pinheiro

**MDB**

Oscar Passos  
Adalberto Sena  
Aurélio Vianna

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — Ramal 313.

Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**ASSINATURAS DO****DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

(SEÇÃO II)

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO, ORDEM DE PAGAMENTO OU VALE POSTAL, PAGAVEIS EM BRASÍLIA, A FAVOR DO

**SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

Praça dos Três Podêres

Caixa Postal 1.503

Brasília — DF.

**PREÇOS DAS ASSINATURAS:****Via Superfície:**

Semestre .. Cr\$ 20,00

Ano ..... Cr\$ 40,00

**Via Aérea:**

Semestre .. Cr\$ 40,00

Ano ..... Cr\$ 80,00

# LEGISLAÇÃO DO GOVERNO REVOLUCIONÁRIO

## ATOS INSTITUCIONAIS — ATOS COMPLEMENTARES — DECRETOS-LEIS E LEGISLAÇÃO CITADA OU REVOGADA

### 1º VOLUME CONTENDO 268 PÁGINAS

ATOS INSTITUCIONAIS DE 1 A 4  
ATOS COMPLEMENTARES DE 1 A 37  
DECRETOS-LEIS N.ºs 319 A 347 E LEGISLAÇÃO  
CITADA DE 1967 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E  
POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

### 4º VOLUME CONTENDO 490 PÁGINAS

ATOS INSTITUCIONAIS N.ºs 8 E 9  
ATO COMPLEMENTAR Nº 51  
DECRETOS-LEIS N.ºs 481 A 563 E LEGISLAÇÃO  
CITADA DE 1969 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E  
POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 15,00

### 2º VOLUME CONTENDO 314 PÁGINAS

ATO INSTITUCIONAL Nº 5  
ATOS COMPLEMENTARES N.ºs 38 A 40  
DECRETOS-LEIS N.ºs 348 A 409 E LEGISLAÇÃO  
CITADA DE 1968 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E  
POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

### 5º VOLUME CONTENDO 336 PÁGINAS

ATO INSTITUCIONAL Nº 10  
ATOS COMPLEMENTARES N.ºs 52 A 56  
DECRETOS-LEIS N.ºs 564 A 664 E LEGISLAÇÃO  
CITADA DE 1969 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E  
POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

### 3º VOLUME CONTENDO 304 PÁGINAS

ATOS INSTITUCIONAIS N.ºs 6 E 7  
ATOS COMPLEMENTARES N.ºs 41 A 50  
DECRETOS-LEIS N.ºs 410 A 480 E LEGISLAÇÃO  
CITADA DE 1969 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E  
POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

### 6º VOLUME CONTENDO 488 PÁGINAS

ATO INSTITUCIONAL Nº 11  
ATOS COMPLEMENTARES N.ºs 57 A 62  
DECRETOS-LEIS N.ºs 665 A 804 E LEGISLAÇÃO  
CITADA DE 1969 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E  
POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 15,00

### 7º VOLUME CONTENDO 290 PÁGINAS

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1  
ATOS INSTITUCIONAIS N.ºs 12 A 17  
ATOS COMPLEMENTARES N.ºs 63 A 67  
DECRETOS-LEIS N.ºs 805 A 851  
LEGISLAÇÃO CITADA

Preço: Cr\$ 10,00

Trabalho elaborado, revisado e impresso pelo Serviço Gráfico do Senado Federal

NOTA: A distribuição desta obra foi entregue à

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS**

A quem devem ser endereçados os pedidos:

No Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 e Av. Graça Aranha, 26.  
(Atende pelo Serviço de Reembolso Postal.)

Em São Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 — Caixa Postal 5534  
Em Brasília: SQS 104 — Bloco "A" — Loja 11.

**JURISPRUDÊNCIA  
DO  
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

**"REFERÊNCIAS DA  
SÚMULA DO STF"**

Trabalho completo da Súmula do STF, contendo todos os Acórdãos, Leis federais, estaduais, municipais, Decretos, Decretos-leis, Portarias, Resoluções e o Regimento Interno do STF, que serviram de base à Súmula.

**CONTENDO AS 551 SÚMULAS OFICIAIS**

NO 10.º VOLUME O ÍNDICE COMPLETO POR MATÉRIA. — O 20.º VOLUME CONTÉM OS ENUNCIADOS DAS NOVAS SÚMULAS N.ºs 473 A 551. — O 21.º VOLUME CONTÉM O REGIMENTO INTERNO DO STF (ATUALIZADO)

PREÇO: CR\$ 20,00 POR VOLUME, EM BROCHURA — OBRA TOTAL: 30 VOLUMES, INCLUINDO-SE AS 79 NOVAS SÚMULAS. JÁ PUBLICADOS, ATÉ O MOMENTO: 24 VOLUMES.

**(Trabalho de Jardel Noronha e Odaléa Martins)**

Obra impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF

NOTA: A distribuição desta obra foi entregue, pelo Serviço Gráfico do Senado Federal, à

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS.**

A quem devem ser endereçados os pedidos:

No Rio de Janeiro: Praia do Botafogo, 190 — ZC-02 e Av. Graça Aranha, 26.  
(Atende pelo Serviço de Reembolso Postal.)

Em São Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 — C.P. 5534  
Em Brasília: SQS. 104 — Bloco "A" — Loja 11.

# Nôvo Código Penal

A "Revista de Informação Legislativa", do Senado Federal divulga, em seu número 24, uma seção destinada ao nôvo Código Penal, com 420 páginas, contendo:

**1.<sup>a</sup> Parte — Anteprojeto do Ministro Nelson Hungria**

- Exposição de Motivos do Ministro Francisco Campos (Código Penal de 1940).
- Exposição de Motivos do Ministro Gama e Silva (Código Penal de 1969).

**2.<sup>a</sup> Parte — Quadro comparativo — Decreto-lei n.º 1.004, de 21-10-69**

- Decreto-lei n.º 2.848, de 7-12-40 e legislação correlata.

A Revista, ao preço unitário de Cr\$ 10,00, pode ser solicitada ao Serviço Gráfico do Senado Federal — Praça dos Três Podêres — Caixa Postal n.º 1.503 — Brasília — Distrito Federal.

Nota: Os pedidos devem ser acompanhados de cheque visado, pagável na praça de Brasília, ordem de pagamento bancária ou vale postal, a favor do

## **SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

Praça dos Três Podêres

Caixa Postal 1.503

Brasília — DF.

**Serviço Gráfico do Senado Federal**  
**Caixa Postal 1.503**  
**Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS**

**PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cr\$ 0,2**